

Nº	REDAÇÃO ORIGINAL	ABEMA	SOCIEDADE CIVIL	GOVERNO FEDERAL	Observação
<b>A) Governança do Sistema Nacional do Meio Ambiente</b>					
<b>Avaliação da Política Ambiental</b>					
13	Cipam: avaliar a implementação da Política Ambiental no país, começando pelos temas e as áreas de maior conflito, especialmente nos hotspots de desmatamento no Cerrado e na Amazônia, e trazer para as Plenárias do Conama os principais elementos de discussão para debate. Sugestão de temas: implementação do Código Florestal e concessão de Autorizações de Supressão de Vegetação, especialmente no Cerrado. (destaque Abema)	Cipam: avaliar a implementação da Política Ambiental no país, identificando as áreas de maior conflito e estabelecendo sugestões para pacificação das regras a serem aplicadas pelos órgãos do SISNAMA, com atenção especial para o licenciamento ambiental, a autorização de supressão de vegetação e os mecanismos para fortalecimento das soluções para o financiamento e compensação pelo desmatamento evitado.			Proposta de alteração aprovada por consenso.
<b>B) Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios</b>					
<b>Biodiversidade e Conservação dos Ecossistemas</b>					
6	Validar o Cadastro Ambiental Rural e implementar o Plano de Regularização Ambiental, assim como outros instrumentos do Código Florestal. (destaque Abema e MME)	Promover recurso e ações com a finalidade de: i) promover a validação dos cadastros ambientais rurais nas modalidades de análise dinamizada e individual ii) implantar todas as modalidades de regularização previstas no PRA – Programa de Regularização Ambiental; iii) garantir o desenvolvimento do módulo de monitoramento das atividades do PRA, em todas as modalidades; iv) prever apoio e ações específicas para regularização do pequeno produtor e da agricultura familiar, beneficiários ou não da reforma agrária; v) avaliar e implementar o Plano de Ação previsto do Regulariza-Agro, com os ajustes que se fizerem necessários.	Os Estados, com apoio da União, devem empenhar esforços para implementar os instrumentos do Código Florestal, especialmente o processo de validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Incluir "como por exemplo: (proposta da Abema)"		Proposta de alteração aprovada por consenso (2 itens).

7	Avaliar os processos de concessão e privatização de Unidades de Conservação.			Avaliar os processos de concessão de Unidades de Conservação. (Casa Civil)	Proposta de alteração aprovada por consenso.
<b>Combate ao Desmatamento</b>					
12	Reduzir o desmatamento legal e ilegal em todos os biomas de forma consistente (destaque Abema e CNI)	Estimular a redução do desmatamento legal por meio de instrumentos econômicos de valorização da bioeconomia e da floresta em pé, por meio do licenciamento ambiental buscando-se alternativas tecnológicas e locacionais, dentre outros, de modo a cumprir as metas estabelecidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris, com desmatamento zero em 2030.			Proposta de alteração aprovada por consenso - 2 itens.
		Promover ações que culminem na redução do desmatamento ilegal de forma consistente (mínimo 50% em relação a 2023).  Implementar mecanismos que permitam remunerar ou compensar o desmatamento evitado de áreas passíveis, promovendo a redução da supressão autorizada.	Zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas e unidades federativas de forma consistente até 2030 (mínimo de 50% com relação à 2023).		
<b>C) Enfrentamento da emergência climática</b>					
1	Cumprir as metas e compromissos do Brasil ante tratados internacionais, em particular a Convenção Quadro sobre Mudança Climática e seus acordos subsidiários.			Apoiar o cumprimento das metas e compromissos do Brasil ante tratados internacionais, em particular a Convenção Quadro sobre Mudança Climática e seus acordos subsidiários. (Casa Civil)	Proposta de alteração rejeitada por consenso.
2	Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática.			Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática, incluindo questões de Justiça Climática (SMC/MMA)	Proposta de alteração aprovada por consenso.

				Apoiar a elaboração de forma participativa e implementação do Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática. (Casa Civil)	
3	Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Enfrentamento às Emergências Climáticas.			Apoiar a elaboração de forma participativa e implementação do Plano Nacional e Planos Estaduais de Enfrentamento às Emergências Climáticas. (Casa Civil)	Proposta de alteração rejeitada por consenso.
4	Promover a criação e qualificação de Núcleos Locais de Enfrentamento às Emergências Climáticas.			Apoiar a criação e qualificação de Núcleos Locais de Enfrentamento às Emergências Climáticas. (Casa Civil)	Proposta de alteração rejeitada por consenso.
6	Definição participativa dos parâmetros socioambientais da transição energética.			Apoiar a elaboração de forma participativa dos parâmetros socioambientais da transição energética. (Casa Civil)	Proposta de alteração rejeitada por consenso.
8	Garantir a previsibilidade no licenciamento ambiental das obras do setor de transporte. (4 votos)			Garantir a previsibilidade no licenciamento ambiental das obras do setor de transporte, incluindo análise de emissão de GEE (gases de efeito estufa). (SMC/MMA) (6 votos)	Proposta de alteração aprovada por maioria.
<b>D) Qualidade ambiental nas cidades e no campo</b>					
3	Combater a Poluição Química, levando-se em conta que as políticas de enfrentamento das Mudanças Climáticas e de Proteção da Biodiversidade não podem prescindir da integração com uma política nacional de segurança química.			Combater a Poluição Química, incluindo os retardantes químicos utilizados em incêndios florestais, levando-se em conta que as políticas de enfrentamento das Mudanças Climáticas e de Proteção da Biodiversidade não podem prescindir da integração com uma política nacional de segurança química. (SMC/MMA).	Proposta de alteração aprovada por consenso.
6	Atuar de forma coordenada para redução e controle do uso excessivo de agrotóxicos, combatendo riscos, diretos e indiretos, no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores. (5 votos)		Atuar de forma coordenada para redução e controle do uso de agrotóxicos, combatendo riscos, diretos e indiretos, no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores. (5 votos)		Proposta de alteração não aprovada - houve empate na votação.